Personalidade Acadêmica Homenageada: Catherine V. Scott (Agnes Scott College)

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (13.709/19) E
OS PEQUENOS NEGÓCIOS: PERSPECTIVAS SOB O PONTO
DE VISTA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO NO SETOR
DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES NO ESTADO DO
PARANÁ

JOÃO PAULO DO CARMO BARBOSA LIMA

Mestrando em Direito Empresarial e Cidadania – Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA. Curitiba – PR. e-mail: <u>jpbarbosalima@hotmail.com</u>

SANDRO MANSUR GIBRAN

Doutor em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor orientador – Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA. Curitiba – PR. e-mail: sandro@rochaadvogados.com.br

RESUMO

O intuito deste resumo é apresentar para discussão estudo científico em desenvolvimento, que trata da análise das implicações que a Lei nº. 13.709/2019, conhecida por Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), com vigência a partir de agosto de 2020, redundará para os pequenos negócios, notadamente micro e pequenas empresas, já que o texto legal não prevê diferenciações no tratamento conforme o porte da empresa, mas apenas a possibilidade (art. 55-J, XVIII) da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) editar normas, orientações e procedimentos simplificados para que ME's e EPP's possam se adequar à lei. A LGPD, para regulamentar questões referentes aos dados pessoais eletronicamente armazenados, estabelece novos paradigmas de tratamento destes elementos,

Percurso - ANAIS DO IX CONBRADEC (Congresso Brasileiro de Direito Empresarial e Cidadania)

Personalidade Acadêmica Homenageada: Catherine V. Scott (Agnes Scott College)

impondo obrigações aos empresários cujos custos de implementação podem impactar negativamente na lucratividade dos negócios de pequeno porte, ao ponto de fomentar o descumprimento da norma. Assim é que, a partir de uma leitura do tema sob a Análise Econômica do Direito (AED) e a obtenção de dados decorrentes de pesquisa de campo a realizar-se com empresários do setor de locação de veículos automotores no estado do Paraná, buscar-se-á debater se à luz dos custos de transação como determinados por Ronald Coase, esta nova legislação atingirá a eficiência que os legisladores dela esperam, ou quais serão as disposições que precisam ser adequadas à realidade econômico-financeira a serem se haverá a necessidade de novos parâmetros a serem estabelecidos em favor das pequenas e médias empresas, sem que a proteção aos dados dos cidadãos seja negativamente impactada. Afinal, conforme se depreende de diversos estudos econômicos das normas, o indivíduo agirá almejando a maximização dos seus interesses econômicos, de modo que a obrigação pela adoção de sistemas e métodos que impliquem ao empresariado rotinas e custos que ele não vislumbre os riscos de suas omissões, possivelmente ensejará o descumprimento da norma, cujos reflexos poderão ser observados tanto no campo privado – fragilidade no tratamento dos dados pessoais –, quanto no público – aumento da litigiosidade das relações, implicando em maiores custos sociais e econômicos à coletividade. A partir do método analítico-dedutivo, se buscará enfrentar o tema sob a ótica da AED, almejando responder se os impactos da LGPD nos pequenos negócios de locação de veículos automotores no estado do Paraná, onde há mais de 800 empreendimentos do setor (ABLA, 2019), poderá de alguma forma prejudicar a eficiência da norma neste setor específico da economia e quais podem ser os caminhos viáveis a serem adotados pelo Estado para garantir o cumprimento da norma de forma irrestrita.

PALAVRAS-CHAVE: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Análise Econômica do Direito, Eficiência, Empresas.

Percurso – ANAIS DO IX CONBRADEC (Congresso Brasileiro de Direito Empresarial e Cidadania)

Personalidade Acadêmica Homenageada: Catherine V. Scott (Agnes Scott College)

REFERÊNCIAS

ABLA. **Anuário Brasileiro do Setor da Locação de Veículos**. 2019. Disponível em: https://www.abla.com.br/publica/ Acesso em 12 nov. 2019.

BONI, Bruno Ricardo. **Proteção de dados pessoais:** a função e os limites do consentimento. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

BRASIL. **Lei nº. 13.709**, **de 14 de agosto de 2018**. Institui a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm. Acesso em 07 nov. 2019.

BITTENCOURT, Mauricio Vaz Lobo. Princípio da eficiência. In: RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; KLEIN, Vinicius (Coord.). **O que é análise econômica do direito:** uma introdução. 2. ed. Belo Horizonte : Fórum, 2016. p. 27-36.

FUX, Luiz; BODART, Bruno. **Processo civil e análise econômica.** Rio de Janeiro : Forense, 2019.

GONÇALVES, Everton das Neves; STELZER, Joana. Eficiência e direito: pecado ou virtude; uma incursão pela análise econômica do direito. **Revista Jurídica Unicuritiba. Curitiba,** v. 1, n. 28, p. 77-122, 2012. Disponível em: http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/412. Acesso em 17 jan. 2019.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stephane. **Análise econômica do direito**. Tradução de Rachel Sztajn. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MENDES, Laura Schertel. **Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor:** linhas gerais de um novo direito fundamental. São Paulo : Saraiva, 2014.

PINHEIRO, Patrícia Peck. Proteção de dados pessoais: comentários à **Lei n. 13.709/2018** (**LGPD**). São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

SEBRAE. **Datasebrae indicadores**. Disponível em: http://sistema.datasebrae.com.br/sites/novo_datasebrae/#Empresas. Acesso em 07 nov. 2019

WOLKART, Erik Navarro. **Análise econômica do processo civil**: como a economia, o direito e a psicologia podem vencer a tragédia da justiça. São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

SILVA, Lucas Gonçalves; MELO, Bricio Luis da Anunciação. A lei geral de proteção de dados como instrumento de concretização da autonomia privada em um mundo

Percurso - ANAIS DO IX CONBRADEC (Congresso Brasileiro de Direito Empresarial e Cidadania)

Personalidade Acadêmica Homenageada: Catherine V. Scott (Agnes Scott College)

cada vez mais tecnológico. **Revista Juridica - UNICURITIBA**, v. 3, n. 56, p. 354 - 377, jul. 2019.

GONÇALVES, Everton das Neves; STELZER, Joana. Eficiência e direito: pecado ou virtude; uma incursão pela análise econômica do direito.. **Revista Juridica - UNICURITIBA**, v. 1, n. 28, p. 77-122, nov. 2012.